

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO
PRIMEIRO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXX-XX**

Processo nº XXXXXXXXX

Fulano de tal já qualificado nos autos em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, por meio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, apresentar suas

ALEGAÇÕES FINAIS

aduzindo para tanto o seguinte:

RELATÓRIO

O Ministério Público ofereceu denúncia contra o acusado em XX/XX/XXX (fls. 02-V), pelas supostas práticas de lesões corporais artigo 129, caput, do Código Penal, contra Fulano de tal.

Inquérito às fls. 02-A/48; denúncia recebida em XX/XX/XXX (fl. 78); citação do acusado à fl. 65; resposta à acusação à fl. 78.

Na audiência de instrução e julgamento realizada no dia XX/XX/XXXX, ouviu-se a vítima Fulano de tal (CD-R de fl. 81); a testemunha Fulano de tal (CD-R de fl. 81). O réu foi declarado revel.

O Ministério Público requereu a condenação do réu nas penas do art. 129, caput, do CPB.

Eis o relatório.

DA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - CONTRADIÇÃO DEPOIMENTO - DENÚNCIA

A denúncia narra que Marcilio teria desferido uma facada na mão de Fulano de tal:

“após uma breve discussão, o denunciado pegou uma faca da cintura e desferiu um golpe contra a mão da vítima, causando-lhe, assim, as lesões descritas no laudo de exame de corpo de delito nº 24489/15 fls. 33/34. (fls. 02-V).

Porém, em juízo (CD-R de fl. 81), Fulano de tal não soube precisar a dinâmica dos fatos, pelo contrário, apresentou varias versões de como teria ocorrido a suposta agressão. Vejamos:

Questionado pelo MP se os fatos ocorridos no dia da suposta agressão, correspondiam com os fatos narrados na denúncia, Fulano de tal afirmou que **não**. Segue:

Fulano de tal, se contradiz e afirma que diferente do que a denúncia relata não houve discussão com XXXX. Que do nada XXX puxou a faca da cintura e tentou furar-lhe.(CD-R de fl. 81)

O MP, questionou, ainda, Fulano de tal sobre o motivo da agressão, por parte do Fulano de tal.

Fulano de tal, respondeu que não sabia o motivo.(CD-R de fl. 81)

Conquanto, para os questionamentos da defesa, sobre os mesmos fatos (se houve discussão e o motivo da suposta agressão), Fulano de tal, deu nova versão: Veja:

“houve discussão previa por causa de uma ameaça que teria feito a Fulano de tal, pois ele estava relacionando-se com a sua ex-namorada. A confusão se deu razão de uma ex-namorada”. (CD-R de fl. 81)

Douto julgador, Fulano de tal, toda vez que é questionado sobre os fatos, apresenta uma versão diferente, sendo impossível saber qual é a verdadeira.

As contradições são tantas, que chegam ao ponto de Fulano de tal, em audiência, (CD-R de fl. 81), reconhecer que diferentemente do que narra a denúncia, não foi esfaqueado por Fulano de tal, na verdade em meio a confusão segurou na lamina da faca e por isso cortou-se.

Nesta toada, cabe relatar que a lesão no dedo da vítima foi ínfima e sem gravidade, prova disso é que Fulano de tal, primeiro foi a Delegacia e somente depois ao o hospital. Ressalta-se, ainda, que a vítima não realizou o exame de corpo delito.

De mais a mais, o depoimento judicial da vítima além de não se ajustar com exatidão ao exposto na exordial acusatória, deixa uma dúvida sobre como os fatos ocorreram. Assim, não resta comprovada de forma cabal a responsabilidade de Fulano de tal pela agressão.

Data maxima venia às eventuais posições em sentido contrário, A DENÚNCIA DESCREVEU UMA DISCUSSÃO ENTRE FULANO DE TAL E FULANO DE TAL, QUE TERIA DESFERIDO UMA FACADA NA MÃO DE FULANO DE TAL. OCORRE QUE ESSA AGRESSÃO NÃO RESTOU TOTALMENTE ESCLARECIDA, JÁ QUE EM AUDIÊNCIA, EM FRANCA DIVERGÊNCIA COM OS FATOS NARRADOS NA DENÚNCIA, FULANO DE TAL RECONHECEU QUE A LESÃO EM SUA MÃO, FOI ELE PRÓPRIO QUE PROVOCOU, AO SEGURAR NA LAMINA DA FACA.

Os fatos são confusos e truncados, sem contar que há várias inconsistência no depoimento de Fulano de tal. Desta forma, Imperioso o reconhecimento de que há explícita divergência entre o que a vítima disse em juízo e a narrativa que a denúncia faz dos fatos.

Cabe Lembrar, ainda, que a vítima não fez o exame de corpo de delito que comprovaria a lesão e indicaria o objeto que a provocou. Assim, sequer há como provar que o corte na mão da Fulano de tal, foi realmente, provocado por faca, já que uma testemunha ouvida na fase pré processual, relata que Fulano de tal e Fulano de tal quebraram uma vidraça durante a briga. Sendo que o corte na mão pode ter ocorrido no vidro quebrado.

Logo, inexistindo provas robustas da materialidade delitiva, deve imperar o princípio do *in dubio pro reo*, o qual exige a absolvição do Acusado do delitos imputado, por falta de prova.

De qualquer maneira, ao lume dos ensinamentos do Fulano de tal, uma narrativa difusa e contraditória como a narrada pela vítima é extremamente prejudicial ao processo.

“Ambos são perigosos para a credibilidade da prova testemunhal, mas as falsas memórias são mais graves, pois a testemunha ou vítima desliza no imaginário sem consciência disso. Daí porque é mais difícil identificar-se uma falsa memória do que uma mentira, ainda que ambas sejam extremamente prejudiciais ao processo.”¹

A condenação requer elementos idôneos em vez de narrativa baseada na palavra alusiva e contraditória de uma só pessoa.

Em tal quadro, inexistindo provas robustas da materialidade delitiva, deve imperar o princípio do *in dubio pro reo*, o qual exige a absolvição do Acusado do delito imputado. Nesse sentido é a jurisprudência desse eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER. LEI MARIA DA PENHA. CRIME DE AMEAÇA CONTRA EX-COMPANHEIRA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PEDIDO DE CONDENAÇÃO. DECLARAÇÕES CONTRADITÓRIAS DA VÍTIMA. NÃO COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE E AUTORIA DO CRIME. *IN DUBIO PRO REO*. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Uma condenação não pode ter supedâneo em meras conjecturas e suposições, mas sim em provas concludentes e inequívocas, não sendo possível condenar alguém por presunção, pois tal penalidade

¹ LOPES JR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008. p. 597.

exige prova plena e incontestada, e, não sendo esta hipótese dos autos, cumpre invocar o princípio in dubio pro reo.

2. Não obstante a relevância da palavra da vítima nos crimes praticados no âmbito doméstico e familiar, no caso em tela, observa-se que nada do que foi colacionado aos autos conduz à certeza da materialidade e autoria dos crimes de ameaça. Na fase inquisitorial, a vítima narrou ter sido ameaçada no período noturno, enquanto, em juízo, relatou que o delito ocorreu no período matutino. Ademais, as declarações da vítima apresentaram dissonâncias com o depoimento da suposta testemunha presencial dos fatos. Assim, a palavra da vítima restou dissociada do conjunto probatório.

3. Ademais, **em respeito ao princípio da correlação entre acusação e sentença, o réu não pode ser condenado por fatos diversos daqueles descritos na peça acusatória**, porque tal solução resultaria em afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

4. Recurso conhecido e não provido para manter a sentença absolutória em favor do recorrido, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. (20080310221110APR, Relator ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, 2ª Turma Criminal, julgado em 18/06/2010, DJ 02/07/2010 p. 166)

APELAÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA E VIAS DE FATO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. HISTÓRICO DE CONFLITOS ENTRE RÉU E VÍTIMA. DECLARAÇÕES DA VÍTIMA INSUFICIENTES PARA JUSTIFICAR A CONDENAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Nos crimes praticados no contexto de relações familiares a palavra da vítima, em regra, merece especial atenção.

2. Entretanto, se os autos revelam um histórico de agressões verbais e físicas recíprocas, as declarações da ofendida devem ser vistas com reservas, não podendo servir de fundamento único para justificar a condenação.

3. **Na hipótese, a ameaça de morte e as supostas agressões não foram corroboradas por outras provas, existindo um conflito entre a versão da vítima e do réu, impondo-se a absolvição do recorrente.**

4. Recurso conhecido e provido para absolver o réu da imputação que lhe foi feita na denúncia, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal.

Por sua vez, a testemunha, **Fulano de tal**, condutor do flagrante ao ser ouvida em juízo (CD-R de fl. 81), relatou que não presenciou o momento da suposta agressão, somente, conduziu **Fulano de tal** a Delegacia.

Noutro giro, embora **Fulano de tal**, não tenha respondido à audiência de interrogatório, possui o direito de não comparecer às audiências, em uma decorrência do direito de não auto-incriminação e do direito constitucional do silêncio, sem que isto importe em qualquer consequência danosa. Em tal quadro, inexistindo provas robustas da autoria delitiva, deve imperar o princípio do *in dubio pro reo*, o qual exige a absolvição do Acusado do delito imputado.

Posto isso, a Defesa requer a absolvição do assistido, com fulcro no artigo 386, inciso VII do CPP, por insuficiência de prova.

PEDIDO

Ante o exposto, a defesa requer:

1. Seja absolvido o Acusado em razão da **inexistência de provas suficientes** para sua condenação pela prática do delito de lesões corporais, com a aplicação do princípio do *in dubio pro reo*, com fulcro no art. 386, VII, do CPP.

3. Seja deferida a gratuidade de justiça, por se tratar de hipossuficiente defendido por Procuradoria de Assistência Judiciária, nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República.

Nesses termos,
pede deferimento.

XXXXXXX-DF, XX de XXXXXX de XXXX

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO